



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

ZILMA FERREIRA DE OLIVEIRA

**AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS NO
PERÍODO DE 2016-2021**

Tocantinópolis/TO
2022

ZILMA FERREIRA DE OLIVEIRA

**AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS NO
PERÍODO DE 2016-2021**

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de especialização em Educação Infantil para obtenção do título de especialista em Educação Infantil e foi aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Ma. Juliane Gomes de Sousa

TOCANTINÓPOLIS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

O4S ◆ Oliveira, Zilma Ferreira de.

Ações de formação continuada para os professores da educação infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021. / Zilma Ferreira de Oliveira. – Tocantinópolis, TO, 2022.

32 f.

Artigo de Especialização - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil, 2022.

Orientadora : Juliane Gomes de Sousa

1. Formação continuada de professores. 2. Educação Infantil. 3. Legislação educacional. 4. Educação Básica. I. Título

CDD 370.10542

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ZILMA FERREIRA DE OLIVEIRA

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS NO PERÍODO DE 2016-2021

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de especialização em Educação Infantil para obtenção do título de especialista em Educação Infantil e foi aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Ma. Juliane Gomes de Sousa
Aprovação: 16 / 08 / 2022

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Juliane Gomes de Sousa, Orientadora, UFNT

Prof^o. Dr. Gustavo Cunha de Araújo, Examinador, UFNT

Tocantinópolis, 2022

Dedico este trabalho ao meu papai José Ferreira de Oliveira (In memoriam) e minha mamãe Eva Ferreira de oliveira, e aos meus irmãos Edson Ferreira; Zélia Ferreira e Zenilde Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela a oportunidade de mais uma vez findar uma importante etapa da minha vida. Aos meus queridos pais José Ferreira de Oliveira (*In memoriam*) e Eva Ferreira de Oliveira, aos meus irmãos Edson Ferreira; Zélia Ferreira e Zenilde Ferreira e aos meus sobrinhos Nayan Ferreira e Naielly Ferreira que estiveram comigo me apoiando, a cada dia, nos momentos do percurso da pós-graduação e da vida pessoal. Sem vocês de nada adiantaria, família meus agradecimentos de modo geral, por cada acolhimento, conquista, companheirismo. Agradeço também às minhas colegas de curso em especial Erika Cristina, Cris e Zanadréya. A professora Juliane Gomes pelas orientações, que fizeram com que eu concluísse a pesquisa, de forma mais simples. E também a professora Arinalda Locatelli coordenadora do curso.

Obrigada!

RESUMO

O artigo objetiva analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME). Tendo como tipo de pesquisa a documental com abordagem qualitativa. Os materiais de produção de dados consistiram em slides, relatórios e frequências produzidas durante as ações de formações continuadas na realidade educacional investigada, foi realizado, também, um levantamento bibliográfico para fundamentação do tema e um levantamento em sites oficiais, buscando documentos legais que norteiam a organização da Educação Infantil em suas diversas dimensões. Diante das análises, compreende-se que as formações focalizam ações que habilitam os professores para o desenvolvimento das metas direcionadas pelos documentos, é uma preparação para operacionalização do que é disposto por eles, sendo observada uma lacuna quanto ao posicionamento crítico dos participantes no que se refere ao debate sobre a própria forma de estruturação e encaminhamentos direcionados institucionalmente. Conclui-se que ainda é um grande desafio falarmos de formação continuada, conforme as suas estruturações alinhadas a esses documentos, como na BNCC que situa debates contemporâneos no campo educacional.

Palavras-chaves: Formação Continuada. Educação Infantil. Legislação Educacional.

ABSTRACT

The article aims to analyze the continuing education actions developed with Early Childhood Education teachers working in the municipal network of Tocantinópolis, from 2016 to 2021, in the light of the following documents: National Common Curricular Base (BNCC); Tocantins Curricular Document (DCT) and the Municipal Education Plan (PME). Having as type of research the documentary with a qualitative approach. The data production materials consisted of slides, reports and frequencies produced during the actions of continuing education in the investigated educational reality, a bibliographic survey was also carried out to support the theme and a survey on official websites, seeking legal documents that guide the organization of Early Childhood Education in its various dimensions. In view of the analyses, it is understood that the training focuses on actions that enable teachers to develop the goals guided by the documents, it is a preparation for the operationalization of what is provided by them, with a gap being observed regarding the critical positioning of the participants in what is being discussed. refers to the debate on the very form of structuring and institutionally directed referrals. It is concluded that it is still a great challenge to talk about continuing education, according to its structures aligned with these documents, as in the BNCC that situates contemporary debates in the educational field.

Keywords: Continuing Training. Child education. Educational Legislation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Cronograma de formação continuada para a BNCC	27
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCT	Documento Curricular do Território do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Tocantins
SEE/TO	Sistema Estadual de Educação do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Procedimentos metodológicos.....	13
2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS.....	14
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS: BNCC; DCT E PME.....	21
3.1 Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular.....	21
3.2 Documento Curricular do Tocantins (DCT).....	22
3.3 Plano Municipal de Educação.....	24
4 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS (2016- 2021)	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo centraliza a formação continuada para os professores da Educação Infantil, tendo como objetivo geral: analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME).

Diante do problema: Quais as ações de formação continuada direcionadas para os professores atuantes da Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021? Buscou-se como objetivos específicos: identificar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e no Plano Municipal de Educação as orientações que regem as propostas de formação voltadas para os professores da Educação Infantil; e também verificar o desenvolvimento de formações continuadas, oferecidas na rede municipal de ensino de Tocantinópolis, para docentes atuantes nesta etapa da educação básica.

É sabido que a formação do professor envolve muito mais do que provê-los de conhecimento teórico, ela deve criar condições para que eles possam construir conhecimentos sobre os aspectos práticos e metodológicos, compreender as perspectivas educacionais e entender por que e como integrar na sua prática pedagógica.

Segundo Tardif (2002, p. 23),

Até agora, a formação para o magistério esteve dominada, sobretudo pelos conhecimentos disciplinares, conhecimentos esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo em seguida, serem aplicados na prática por meio de estágios ou de outras atividades do gênero. Essa visão disciplinar e aplicacionista da formação profissional não tem assim sentido hoje em dia, não somente no campo do ensino, mas também nos outros setores profissionais.

Acredita-se na relevância desta temática de estudo considerando que a universidade vive, atualmente, um período de mudanças em que a pesquisa, como princípio científico e educativo pode compor o centro do desafio educacional em busca de possibilidades.

Com essa compreensão, destaca-se que a formação continuada é uma realidade que deve ser inserida a todo o momento na vida dos profissionais da educação, como forma de reflexão de sua prática, conforme sua realidade, criando laços para fortalecer o ensino, buscando qualidade para seu trabalho e respostas para suas inquietações e

dúvidas. Considerando as formações direcionadas para os professores, atenta-se para o objetivo de:

Formar um professor que saiba lidar com novas exigências curriculares, com novas competências e habilidades profissionais, para ser um membro atuante da sua equipe escolar, autor de sua prática, investigador em sala de aula, capaz de refletir constantemente sobre seu fazer pedagógico (SCARPA, 1998, p.33).

Propor formação continuada para os profissionais do magistério de modo contextualizado e voltada para as necessidades educacionais contemporâneas, configura-se como um dos componentes que pode possibilitar igualdade de oportunidades e condições de aprendizagem a todas as crianças.

É importante frisar que o recorte temporal desses últimos cinco anos (2016-2021), justifica-se pelo fato de que no levantamento dos registros foram encontrados apenas desse período referencial, e, ainda, considerando o período de vigência dos documentos basilares para as análises tecidas: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME), escolhidos devido sua importância na realidade educacional contemporânea e contemplativos das três esferas federal, estadual e municipal.

O texto estrutura-se a partir das seguintes seções: uma breve introdução, com a caracterização geral e a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa; na segunda seção é feita uma discussão sobre a formação continuada para Educação Infantil; na terceira, o foco do debate centraliza a Educação Infantil nos documentos oficiais: BNCC; DCT e PME; na quarta são descritas e tecidas reflexões acerca das ações de formação continuada para a Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis no período de 2016-2021; e por fim são apresentadas as considerações finais.

1.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa configura-se como documental e de abordagem qualitativa, compreendendo esse tipo de pesquisa de acordo com a caracterização de Fonseca (2002, p.32):

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Os materiais de análises foram slides, relatórios, frequências produzidas durante as ações de formações continuadas na realidade educacional investigada, os quais foram analisados com o intuito de identificar evidências das formações realizadas na etapa da Educação Infantil na rede municipal de educação de Tocantinópolis/TO, no período demarcado.

Foi realizado, também, um levantamento bibliográfico para fundamentação do tema e um levantamento em sites oficiais, buscando documentos legais que norteiam a organização da Educação Infantil em suas diversas dimensões sendo eles: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular do Tocantins (DCT) e Plano Municipal de Educação (PME). Cabe ressaltar que os depoimentos das professoras, denominadas de Professora: “A”, “B”, “C” e “D”, foram retirados dos relatórios das formações, fonte primária dos dados.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

A formação é perspectivada como uma possibilidade de melhorias para a educação e vem sendo discutida em diversos momentos, inclusive, como aspecto de valorização dos profissionais docentes, de desenvolvimento e aprimoramento dos seus conhecimentos. Como frisam Prada, Freitas e Freitas (2010, p.4) “A formação, como um caminho de diversas possibilidades, permite às pessoas que o transitam desenvolver-se, construir as relações que as levam a compreender continuamente seus próprios conhecimentos e os dos outros [...]”. Vale ressaltar que a formação de professores não é um processo simples e fácil, ela é complexa e exige intencionalidade de mudanças no ambiente educacional.

A Formação é um grande desafio que deve ser alinhado às múltiplas relações dos conhecimentos, que são diversos e contemplam diferentes dimensões: ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas (PRADA; FREITAS; FREITAS, 2010) e deve ser pautada no mundo contemporâneo com foco em atualizações que possam contribuir para o exercício profissional. É o reconfigurar, de modo contínuo, das formas de refletir, compreender e fazer no campo educacional.

Segundo Chimentão (2009, p.3), “O processo de formação continuada de professores não é novidade”. E destaca, ainda, que são vários os autores que apresentam

discussões sobre esta temática, apontando sua relevância para os profissionais do ensino, tais como: Candau (1997), Nascimento (2000), Pimenta (2002), entre outros.

É explícito que a todo o momento nossa sociedade cresce, muda, atualiza e com todos esses processos caminha a educação, portanto, é necessária considerá-la em movimento, que requer renovação constante. Nessa conjuntura, o professor deve ficar aberto a todo esse processo de mudança, que exige continuamente a construção de novos conhecimentos e atualizações, para entender e intervir nas reais necessidades. Como salientam Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p.3),

No caso da profissão docente, considerando as inúmeras mudanças nos sistemas sociais, cultural, político e econômico, essa imposição apresenta-se tanto como condição para acompanhar a evolução do conhecimento, como para redirecionar as ações docentes em busca do atendimento das novas demandas educacionais, as quais não vêm sendo alcançadas através do paradigma tradicional de ensino.

Com isso, conforme Chimentão (2009, p.3):

A formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança.

As mudanças na educação percorrem diversos momentos, e para que essas possam ser acompanhadas, a formação deve articular dimensões nas esferas individual e coletiva, e um caminho possível é a partir de estudos que qualifiquem a prática pedagógica docente por meio de pesquisa e reflexões sistematizadas. E quando essa articulação constitui ponto de diálogo dentro das formações continuadas, percebe-se o estabelecimento intencional de metas e objetivos com vistas à qualificação docente, que podem provocar mudanças no fazer pedagógico.

Nos últimos anos, tem-se instaurado a formação dos professores que já exercem a docência com a denominação formação continuada, seguindo pressupostos da educação permanente, amplamente divulgados pela Unesco como política mundial para a educação de adultos. (PRADA; FREITAS; FREITAS, 2010, p.9).

A formação deve ser repensada sobre seus princípios e metodologias continuamente, é necessário ir para além do que é proposto de modo padronizado, atentando-se para cada conjuntura educativa. Rever constantemente estratégias pedagógicas que deem conta das problemáticas educacionais a fim de desenvolver profissionais que repensem o seu papel dentro da sala de aula, que façam o aluno aprender de modo que transcenda ao tradicionalismo amplamente difundido.

Nessa perspectiva, são ações de Formação Continuada: congressos, seminários, simpósios, colóquios, encontros, jornadas, ciclos de falas, palestras, grupos de pesquisa, grupos de estudos, grupos de formação, projetos de pesquisa-ação, oficinas, cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento sobre um conteúdo específico e/ou questões pedagógicas efetuados no lócus da escola, nas IES e em outros espaços. (PINTO; BARREIRO; SILVEIRA, 2010, p.8).

Diante dessa multiplicidade destaca-se a importância da formação continuada que pontue reflexões sobre os problemas educacionais, considerando que a formação não é apenas a inicial, mas também da prática, dos sujeitos e da cultura. As inúmeras mudanças contextuais apresentam novas demandas educacionais, as quais requerem processos formativos contínuos que auxiliem os professores atuantes quanto a sua ação e modos de pensar o trabalho docente, e a formação continuada pode contribuir com essa tarefa, como destacam os autores Prada; Freitas e Freitas (2010, p.8):

A formação continuada de professores, nesse sentido, passa a ser encarada como uma ferramenta que auxilia os educadores no processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, na busca de novos conhecimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação de suas práticas pedagógicas.

É importante esse tipo de formação dos professores, a qual concebida como processo deve considerar os diversos aspectos como o professor, a sala de aula, e a escola no geral e em conformidade com as especificidades de cada uma. Contudo, são perceptíveis algumas lacunas nos modos de operacionalização das ações teórico-metodológicas dessas formações, que influenciam diretamente na qualidade de sua oferta.

Conforme Prada; Freitas e Freitas (2010, p.13) “Os professores enunciam que as ações desenvolvidas como formação continuada estão muito aquém do esperado pela maioria deles e reclamam reformulações na maneira como estas são elaboradas e desenvolvidas”. Essa constatação pode configurar um dos motivos pelos quais muitos professores não demonstrem interesse em participar das formações, havendo, por vezes, carência de incentivos formais; adequação do que é proposto às realidades institucionais; pela não atenção às necessidades subjetivas dos professores e condições objetivas das escolas.

Complementa Chimentão (2009, p.4) sobre as formações:

Tais deficiências nos programas de formação continuada, muitas vezes, têm levado ao desinteresse e reações de indiferença por parte dos professores, por

perceberem que certas atividades que prometem ser de formação, quase sempre, em nada contribuem para seu desenvolvimento profissional.

Importante destacar que esse desinteresse em relação à formação continuada por parte do professor refere-se, de modo mais acentuado, pela falta de articulação com a realidade dos mesmos e de suas práticas pedagógicas; por falta de problemáticas que justifiquem as vivências nas instituições e por muitas vezes essas formações continuadas acontecerem à distância, em horários de muitas demandas para o professor.

Agregam-se a esses fatores: a falta de tempo; a baixa aplicabilidade dos conteúdos, sem falar nas ações de curto prazo; e a falta de atividades práticas, como fomento das atividades em sala de aula, que possam oportunizar a concretização de novas metodologias na prática docente. É imprescindível fazer da escola um lócus de aprendizagem para seu corpo profissional, com esse entendimento, acredita-se que os processos que encaminham a formação continuada precisam ser repensados constantemente e articulados com os seus principais agentes: os docentes.

Pinto, Barreiro e Silveira (2010, p.3) destacam que “a Formação Continuada dos professores em exercício tem sido citada como um possível suporte para auxiliar esses profissionais na ressignificação do seu fazer”. Entende-se, desse modo, que a formação continuada tem diversas dimensões que podem contemplar as especificidades do trabalho na escola e do professor, podendo ser feita dentro das instituições como estratégia para repensar o fazer educativo, construindo um elo, de formação mútua com escola, família e professores.

Dentre a variedade de práticas e significados as autoras Pinto; Barreiro e Silveira (2010, p. 5) conceituam algumas das possibilidades de formações:

A autoformação é aquela em que o indivíduo participa de forma independente e tem o controle dos objetivos, processo, instrumentos e resultados do processo formativo. A heteroformação se organiza e se desenvolve por intermédio de especialistas, partindo de fora do sujeito. E a interformação é uma ação educativa que ocorre entre os futuros professores ou entre professores em fase de atualização, com a característica de troca, apoio pedagógico, podendo dizer-se que formam uma equipe de trabalho.

É salutar acreditar na possibilidade de uma educação abrangente, que contemple as diversas dimensões dos sujeitos na perspectiva de melhorias no campo educacional, e falar em educação não tem como não pensar nos profissionais que ali atuam e sobre a sua formação. E em concordância com as autoras, ressalta-se que a formação é ampla, adentra vários aspectos que articulam o eu, o outro e o nós.

Com isso percebe-se que a coletividade, sem a competitividade e individualidade excludente e inibidora entre a classe, pode contribuir na busca conjunta de objetivos comuns e compartilhados que fortaleçam as ações educativas, as quais, por sua vez, podem contribuir no desenvolvimento docente e como consequência intencional influenciar na aprendizagem do aluno. Pois a escola não é feita apenas por um, mas com o todo.

No âmbito da legislação, a formação continuada recebe respaldo oficial conforme segue:

A continuidade da formação dos professores é valorizada pela população em geral, pelos profissionais da educação, e reconhecida como uma necessidade para a melhoria da qualificação do trabalho docente pelo Governo Federal, contemplando-a no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, embora de maneira dispersa e fragmentada nos artigos 13, 40, 44, 61, 63, 67, 70 e 87, nos quais dispõe o seguinte: determina como incumbência dos professores a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao seu desenvolvimento profissional. Visando ao atendimento das demandas de atuação, recomenda que a formação de profissionais da educação tenha como fundamentos a associação entre teorias e práticas, inclusive na capacitação em serviço. (PINTO; BARREIRO; SILVEIRA, 2010, p.8).

A lei demonstra uma preocupação com o fator formativo contínuo para a educação, mas na operacionalização dos dispositivos legais são perceptíveis algumas lacunas, dentre as quais se faz importante considerar: as dificuldades dos profissionais da educação em relação ao tempo de trabalho, e a carência na valorização em diferentes aspectos. É necessário oferecer condições de formações continuadas de qualidade.

É a partir dessas questões que precisamos dialogar, demarcando, por exemplo, os principais objetivos dessas formações e os meios de construir modos de avaliação e autoavaliação dos processos, com participação ativa, sendo importante perceber os desafios e transformações do dia a dia da sala de aula e a realidade das escolas.

Outro aspecto que pode ser uma possibilidade neste campo, refere-se à realização de levantamentos junto aos profissionais sobre as formações continuadas, sobre interesses e necessidades a serem pautados nos processos formativos. Para que seja uma formação aderente às demandas e que motive a participação. Como discorre Chimentão (2009, p.4):

[...] a formação continuada precisa: primeiro, partir das necessidades reais do cotidiano escolar do professor; depois, valorizar o saber docente, ou seja, o saber curricular e/ou disciplinar, mais o saber da experiência; por fim, valorizar e resgatar o saber docente construído na prática pedagógica (teoria + prática).

A real necessidade deve partir desses momentos, para contribuir na reflexão e no fazer pedagógico do professor, pontuando metodologias que contemplem os seus interesses. Cabe destacar, ainda, a relação indissociável entre a teoria e a prática, ao situarmos a formação continuada.

No recorte específico da formação para a Educação Infantil, cabe inicialmente tratar de aspectos conceituais considerando alguns documentos da legislação brasileira. De acordo com o Documento Curricular do Tocantins – Educação Infantil (2019, p.17):

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se a partir de dois tipos de atendimentos historicamente diferenciados: as creches e as pré-escolas. A creche representa uma conquista do movimento feminista, que se vincula à luta da mulher e mãe trabalhadeira. Por outro lado, a pré-escola apresenta-se, na história da Educação, como antecipação da escolarização ou preparação para a escola obrigatória.

E foram diante de diversas lutas e movimentos pautados nos direitos da criança, que a relação entre o cuidar e o educar começa a assumir o caráter educativo. E por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 a Educação Infantil é compreendida em seu papel formal e como uma dimensão grandiosa na educação no Brasil, passando a partir da referida lei a ser considerada primeira etapa da educação básica.

No artigo 29 da LDB é enfatizado que:

Educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996, p.24).

Portanto, significa que foi com a atual LDB que a Educação Infantil foi elevada como processo inicial da educação básica nacional brasileira, sendo ponto de partida para uma educação contempladora do desenvolvimento integral da criança.

No aspecto de formação continuada para essa etapa Kramer (2006, p. 804) aponta que:

A formação de profissionais da educação infantil – professores e gestores – é um desafio que exige a ação conjunta das instâncias municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades e possibilidades, e atuação, tanto na formação continuada (em serviço ou em exercício, como se tem denominado a formação daqueles que já atuam como professores) quanto na formação inicial no ensino médio ou superior.

A Educação infantil tem suas especificidades e aborda diversos desafios ao longo dos anos, marcada por mudanças e lutas em diferentes contextos, e é nesta conjuntura que surge a necessidade de formação continuada, contemplando um desenvolvimento contínuo. Desse modo, complementa Silva (2017, p.6): “A formação continuada de professores da educação infantil, deve acompanhar as transformações pelas quais passou este nível de ensino que está diretamente relacionada aos objetivos gerais da educação infantil citados no Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI)”.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) consta que a criança deve ser estimulada a:

Desenvolver uma imagem positiva de si; descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo; estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças; estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais; observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade em relação ao ambiente que a cerca; brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; utilizar as diferentes linguagens ajustadas as diferentes intenções e situações; e, conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse (BRASIL, 1998, p. 63).

Desse modo, essas formações devem partir do cotidiano, ou seja, da rotina da instituição, sempre buscando a troca de conhecimentos e reflexões pautados na prática e na teoria. Como destaca Silva (2017, p.4) “A profissão docente dos professores de educação infantil exige no seu processo de formação continuada, o empenho num processo de desenvolvimento contínuo, [...]”. Assim, destaca-se o fato de que o professor nunca para de aprender, ele é um constante aprendiz e principalmente sujeito da mudança, ou seja, deve sempre buscar aprendizagem e inovações mediante as práticas pedagógicas, tornando-se um profissional qualificado para o ensino e provedor da aprendizagem.

E para que isso ocorra é importante a existência de profissionais qualificados para atuação e uma escola preparada e adaptada para as necessidades emergentes continuamente, e para o entendimento dessas necessidades são necessários estudos. É importante salientar que não é apenas a formação do professor que vai edificar todo o meio escolar, mas ela é aspecto essencial na organização coletiva do ambiente educacional. Silva (2017, p.8) frisa ainda que:

[...] a formação não se conclui, ela é permanente e os professores vão construindo e mobilizando seus saberes no metier docente, pois o núcleo

central da formação é o exercício do magistério e neste exercício os professores são sujeitos sociais responsáveis pela mediação da cultura e dos saberes escolares, que em consequência se deve organizar a formação continuada.

Ao professor devem ser oportunizados processos de qualificação, pois, são muitas as exigências mediando o novo mundo, as constantes mudanças, exemplo disso é a tecnologia, e uma escola que tem diversas relações com o meio e a cultura. O professor constrói conhecimento mediante sua própria prática em articulação com seus alunos, no todo, caminhando e modificando-se, e desempenha um papel central nesse processo de formação que é parte significativa para a construção da aprendizagem dos alunos.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS: BNCC; DCT E PME.

Serão abordadas nesta seção discussões pautadas nos documentos oficiais: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); O Documento Curricular do Tocantins (DCT) para a Educação Infantil e o Plano Municipal de Educação (PME) de Tocantinópolis, considerando as metas e orientações no contexto da formação continuada para Educação Infantil.

A partir dos documentos citados é visível a importância da Educação Infantil na formação, desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, sendo uma responsabilidade do Estado e da família é a base inicial para o processo intelectual, educacional e social da criança. E nesta conjuntura não se pode deixar de destacar a importância da formação dos profissionais que atuam na referida etapa da educação básica. De acordo com o § 1º do Art. 62 da LDB: “§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. (BRASIL, 1996, p.44).

Portanto, é direito do profissional da educação participar de formação continuada, de modo que atenda as especificidades do exercício do trabalho pedagógico, fazendo uso de recursos e tecnologias podendo ser presencial e a distância.

3.1 Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular.

A educação infantil é assegurada na legislação brasileira por leis e diretrizes e vem consolidando, com o passar dos anos, seu espaço na educação nacional e

demarcando o seu papel na sociedade, antes visto como assistencialista, hoje sendo refletida a partir do entrelaçamento entre o cuidar e educar e como um direito da criança. Como destacado na BNCC:

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 2018, p.38).

A Base Nacional Comum Curricular (2018), em relação aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, destaca cinco campos de experiências, carregando objetivos para aprendizagem e desenvolvimento conforme a divisão de três grupos por idades: bebês (0-18 meses), crianças bem pequenas (19 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Os cinco campos de experiências são eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Assim como são abordadas questões relativas à aprendizagem da criança, destaca-se que as instituições de Educação Infantil devem traçar objetivos que levem em consideração a ludicidade e as experiências infantis; desenvolver atividades que respeitem o espaço da criança; trabalhar a partir de conhecimentos culturais aprendidos por meio do seu convívio em família e em outros espaços.

A BNCC (2018) vem influenciando a formação inicial e continuada dos professores, na produção de materiais didáticos, matrizes de avaliações e até mesmo nos exames nacionais que estão sendo vistos a todo o momento na base, considerando que é um documento de referência na formulação dos currículos escolares sejam eles dos Estados, Distrito e também dos municípios, integrando uma política nacional da Educação Básica que pontua um alinhamento de ações e políticas, inclusive para a formação dos professores, sistema de avaliação até a elaboração de conteúdos educacionais.

Vale ressaltar que é responsabilidade direta da união a revisão da formação inicial e continuada dos professores, conforme a BNCC, sendo considerada uma ação importante e fundamental para o desenvolvimento educacional, ou seja, o sucesso dos alunos.

Sabemos que a Educação Infantil tem forte influência no processo formativo da criança e, portanto, a forma de organização e desenvolvimento da prática pedagógica deve ser pontuada como lugar de destaque nos processos de formação docente.

3.2 Documento Curricular do Tocantins (DCT)

A Educação Infantil como já mencionado deve ser desenvolvida em articulação com a família, sendo compreendida como processo pedagógico em suas especificidades, articulando o ensino com a brincadeira, apresentando o mundo pela atividade mais usufruída e privilegiada que cada criança vivencia.

Assim como frisa o Documento Curricular do Tocantins:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é reconhecida como independente em relação aos anos subsequentes e tem por objetivo proporcionar vivências e experiências significativas na vida das crianças. Sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança, alicerçado em práticas que a concebam como protagonista dos seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. (TOCANTINS, 2019, p.15).

É considerada uma etapa importante na vida da criança, diante da perspectiva do seu desenvolvimento integral nos diversos aspectos, tais como físico, intelectual, social mediante as suas experiências e vivências. E a escola deve promover e possibilitar essa formação abrangente, contemplando um espaço amplo de aprendizagem assegurado pelos seus direitos.

Desse modo, o DCT (2019, p.32) menciona que:

[...] o trabalho docente só será possível, se as condições mínimas para o pleno exercício de sua função forem garantidas. E se for criteriosamente respeitado o tempo destinado à hora atividade. Visto que, sem espaços, tempos e materiais adequados, o processo pedagógico fica prejudicado e ineficiente.

É necessário trabalhar na avaliação dessas condições, pois, ainda são perceptíveis objetivos traçados com fins assistencialistas, os quais deixam de contemplar a formação integral da criança. Assim, é importante discutirmos como vem sendo a oferta da Educação Infantil considerando o contexto social e educacional, tentando impulsionar avanços, compreender sobre infância na abrangência das múltiplas práticas pedagógicas. Como frisa o documento curricular do Tocantins (2019), avaliar todo contexto adentra a formação continuada dos profissionais e no repensar a prática pedagógica, ou seja, a formação continuada é importante assim como a inicial.

A esse respeito, o documento destaca ainda que:

Garantida como direito da categoria, não pode ser vista ou executada atendendo a preferências pessoais, ou a indicações de setores, ela deve ocorrer de forma periódica e para atender às demandas da profissão. Tem por objetivo preparar os profissionais, visando à melhoria no atendimento às crianças e suas famílias, bem como promover a valorização dos profissionais da educação. A formação deve ocorrer de forma continuada e em serviço, partindo de uma política pública de reconhecimento e investimento no capital humano. Deve ter caráter de atualização e reflexão da prática profissional. Podem-se planejar inúmeras ações formativas, desde seminários às trocas de experiências entre profissionais de diferentes escolas e segmentos. Cabe aos gestores assegurarem o direito de formação continuada, planejando e executando projetos formativos. (TOCANTINS, 2019, p.33).

Sabemos que para o desenvolvimento da qualidade na educação é necessária à garantia de muitos aspectos, dentre os quais a formação para os profissionais docentes, oportunizadas por meio de ações de formação inicial e continuada, ampliando e colocando um foco claro e com objetivos explícitos. É decisivo o papel do professor na educação, assim, ao formá-lo está em processo de produção uma profissão específica.

Conforme o DCT (2019) os profissionais da Educação Infantil têm diversas tarefas em relação ao desenvolvimento integral das crianças, os quais devem sempre contribuir para tal, mas ressalta que é importante a efetivação das políticas públicas para ingresso, permanência e condições de trabalho, contemplando a valorização salarial, qualificação e formações de professores e dos demais profissionais. Frisando, ainda, que esse investimento na formação dos profissionais da educação infantil proporciona uma garantia de direito da criança por uma educação de qualidade, professores qualificados, críticos e reflexivos diante de suas práticas pedagógicas.

3.3 Plano Municipal de Educação

Partindo do contexto macro via BNCC, depois o DCT, abordaremos aqui o micro a partir do PME do município de Tocantinópolis, considerando esses outros documentos norteadores. Assim, parte-se do pressuposto de que as políticas educacionais quando materializadas podem provocar mudanças na realidade da educação, principalmente na educação infantil que historicamente perpassa por escassez de recursos, de infraestrutura e de ausência de qualificação dos profissionais da área.

Conforme o PME de Tocantinópolis (2015, p.7):

É importante destacar que os princípios norteadores do PME em suas metas e estratégias têm como objetivo garantir a gestão democrática do ensino público, assegurando a participação dos diferentes segmentos da sociedade. Portanto, todas as Estratégias do PME estão ligadas as Metas, onde a equipe

de Monitoramento e Avaliação realiza a análise de todos os dados, e apresenta os [...] resultados.

De fato, as escolas, principalmente as que atendem as crianças pequenas, necessitam de um olhar crítico de maneira que possam realizar melhorias, mediante princípios éticos, políticos e estéticos para que assim seja direcionado um projeto pedagógico que corresponda ao que deve ser executado, respeitando os direitos da criança. É importante compreendermos e refletirmos sobre as metas, buscando assim melhorias na Educação de modo geral.

Uma importante meta que compõe o PME de Tocantinópolis (2015) refere-se a 1, retomada a todo instante, a qual trata da universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de faixa etária entre 4 a 5 anos de idade, até 2016, e ampliação da oferta para que possa atender no mínimo 50% das crianças de creche com idade de 3 anos até o final da vigência (2025) do PME.

É muito importante assegurar essa primeira meta para o desenvolvimento e potencialização da Educação Infantil no município, uma vez que trata do acesso e permanência da criança pequena no contexto educacional formal, que é um direito, desde o nascimento até os cinco anos.

De acordo com o documento do município de Tocantinópolis PME (2015, p.9):

Indicador 1A – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche. O percentual das crianças de 4 e 5 anos que frequentavam a escola no município atingiu 67,55% em 2014, 67,11% em 2015 e 63,54% em 2016, porém foi observado uma queda no número de crianças que frequentavam a escola, no entanto isso se deve à falta de conscientização das famílias quanto a obrigatoriedade da educação infantil e o fortalecimento das redes de proteção, para que esta Meta seja contemplada em sua totalidade.

O percentual em relação aos dados demonstra uma queda em números no ano de 2016, no que se refere às crianças entre 4 e 5 anos correspondente a etapa da pré-escola, sendo justificada de acordo com o documento, pela falta de conscientização da família, pois, se trata de uma educação obrigatória.

Já em relação à creche o documento do município de Tocantinópolis PME (2015, p.9) descreve: “O percentual da população de 0 a 3 anos de idade que frequentava a Creche em 2014 no município atingiu 15,29%, visto que ainda não havia ampliado as creches conforme padrão do MEC, em 2015 atingiu 25,87% e em 2016 25,81%”. O percentual em relação à creche 0-3 aumentou, em 2015, mas em 2016, teve uma pequena diminuição. Sabemos que a Educação Infantil é um direito da criança, mas que na prática muitos casos são negados, e isso tem impacto nesses dados. Vale

considerar que a demanda por instituições de Educação Infantil no segmento creche é maior, e o número de vagas ofertadas no município são insuficientes.

No tocante a formação, conforme o documento do município de Tocantinópolis PME (2015, p.35):

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Indicador 16 A – Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Diante das análises do documento e de acordo com o Censo da Educação Básica, no ano de 2014 tiveram 128 professores atuantes no município, nos anos de 2015 e 2016 sofreu alteração foi para 147 professores, destes, apenas 72 eram especialistas, atingindo o percentual de 52%.

O presente documento descreve também a meta 17 em relação à formação dos profissionais da educação:

Meta 17: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação (de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de 117 26 assegurado que todos os profissionais da educação básica possuam formação específica de nível superior. Nessa perspectiva o município de Tocantinópolis tem buscado incentivar que o professor da Rede tenha formação superior e permanente. O município porém, em 2016 contava com 147 professores efetivos, sendo que 127 com formação na área de atuação (graduados), 02 cursando graduação, 9 com graduação em outra área, 72 com especialização e 9 com normal médio (Magistério). (TOCANTINÓPOLIS, 2015, p.38).

A meta é direcionada aos profissionais da Educação, ou seja, valorizar os profissionais no quesito formação, com isso o município busca consolidar o plano de educação com objetivo de uma educação de qualidade e alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE). E não se pode deixar de destacar a importância da formação continuada, como fator decisivo, na composição do projeto formativo em geral.

4 AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS (2016- 2021).

Nessa seção são analisadas as ações de formação continuada para a Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis compreendendo o período de 2016 até

2021, tendo como plano analítico os documentos: BNCC; DCT E PME. Na investigação que contemplou esses descritores foram identificadas duas ações: “Base Nacional Comum Curricular - BNCC Mudanças, adaptações e novos desafios”; “A Formação para a Implementação do Documento Curricular do Tocantins – Etapa Educação Infantil”.

A primeira ação intitulada: “Base Nacional Comum Curricular - BNCC Mudanças, adaptações e novos desafios”, aconteceu nos dias 29 e 30 de abril de 2019, das 08h às 12h e das 14h às 18h, no Auditório da Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, tendo como público os Professores, Coordenadores Pedagógicos, Gestores e Supervisores da Educação Infantil do Município de Tocantinópolis/TO, participaram da formação aproximadamente 63 profissionais de educação atuantes nas Creches e Pré-Escolas da Rede Municipal de Educação.

A seguir o cronograma de formação continuada para a BNCC com as quantidades de horas de cada atividade.

Figura 1- Cronograma de formação continuada para a BNCC

CRONOGRAMA PREVISTO:	
ETAPAS/ATIVIDADES	Quantidade de HORAS
Noções introdutórias da BNCC e seus principais pressupostos;	02 horas
A Educação Infantil no contexto da BNCC	02 horas
Planejar práticas pedagógicas fundamentadas na construção de Contextos de Aprendizagem.	02 horas
Sequência Didática na Educação Infantil	04 horas
Planejando e operacionalizando o trabalho docente para creche e pré-escola com foco nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento e nos campos de experiências.	04 horas
Oficina prática para nortear o trabalho pedagógico.	04 horas
TOTAL	16horas

Fonte: Relatório da Secretaria Municipal de Educação (2019).

A formação teve como objetivo geral oportunizar reflexão e conhecimento acerca dos principais pontos que evidenciam a necessidade de alinhar a proposta pedagógica da Educação Infantil com vista à centralidade na criança e no reposicionamento do professor. Bem como, proporcionar ao professor a troca de experiência por meio de discussões, debates e oficinas para uma melhor compreensão da Base Comum Curricular. Com isso, provocar o docente à busca constante por conhecimento que possam subsidiar o seu trabalho no cotidiano escolar, tendo em vista, que as necessidades de cada realidade, de cada criança é única, e cabe ao professor e às

instituições a reflexão sobre as suas práticas como um dos meios possibilitadores de um ensino de qualidade.

Na formação os professores tiveram a oportunidade de ter conhecimentos, debater e socializar sobre: O que é educação infantil? Aspectos Históricos: Lutas e Conquistas; As principais alterações no contexto da Educação Infantil com a BNCC; Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil); Estrutura do documento Curricular da Educação Infantil; Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento; Campos de experiência; Objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento; Projetos na Educação Infantil conforme a BNCC e o Currículo; Projetos a partir do interesse da criança; Tempo, espaço e materiais; Apropriação da leitura e escrita; Organização das propostas cotidianas e ocasionais; Lançamento do diário Web; Oficinas: Propostas práticas.

Em resumo a formação continuada da BNCC abordou sobre as principais alterações no contexto da Educação Infantil com a BNCC; Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil); Estrutura do documento Curricular da Educação Infantil detalhando sobre Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento, Campos de experiência, Objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento; abordou ainda sobre a importância de trabalhar com Projetos na Educação Infantil conforme a BNCC e o Currículo e a partir do interesse da criança.

A partir dessa formação, seguem alguns relatos de participantes retirados do relatório da ação. A Professora (A) relata que:

A formação continuada para professores e profissionais da educação infantil foi muito importante para que todos pudéssemos conhecer as principais mudanças trazidas pelo novo documento para que sejam capazes de utilizá-las adequadamente em seu cotidiano nas escolas melhorando sua prática docente. Despertando nos profissionais um novo olhar sobre a educação com utilização de práticas inovadoras na educação, em que a criança é a protagonista, agentes de seu próprio desenvolvimento. Ao participar da formação pude conhecer também as principais mudanças trazidas pelo documento: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Tocantins (Educação Infantil); em que a mesma contribuiu para que eu estivesse conhecendo as principais mudanças trazidas pelo documento e as utilizasse adequadamente em nosso cotidiano.

Mediante o relato percebe-se que as formações não contemplaram em sua totalidade o que dizem os documentos analisados, os quais enfatizam a importância de sempre rever as estratégias pedagógicas dos profissionais, para que eles possam refletir e pontuar possibilidades frente às problemáticas educacionais, assim como, conduzi-los no repensar do seu papel dentro da sala de aula, buscando fontes e novas propostas de ensino que saiam do tradicionalismo.

Na fala a professora demonstra uma preocupação com o novo, e sempre reforça que a formação trouxe apenas conhecimento em relação às mudanças, mas não externaliza que a formação trouxe reflexões sobre o chão da escola, a realidade, pensando assim sobre o real e o ideal, visto que a BNCC (2018) sintetiza que as formações continuadas devem proporcionar ao professor preparação para o seu trabalho, como exemplo, na produção de metodologias e de materiais didáticos, matrizes de avaliações, e outros. A Professora (B) relata que:

O estudo da BNCC trouxe uma vasta experiência no âmbito do planejamento para a Educação Infantil. Os resultados de tais formações sobre o Documento proporcionaram um novo olhar para o planejamento, tendo um norte nas atividades nas aulas e aperfeiçoamento na prática pedagógica. Em sumo, a BNCC expõe a importância dos direitos de aprendizagem no qual observa-se que a criança pode sim aprender brincando. Com a inclusão do documento facilitou bastante a prática e o ensino pedagógicos em sala e na vida das crianças.

Visto que as formações são primordiais para um bom desempenho da atividade do professor em sala de aula, alinhando a sua teoria com a prática, nota-se que os professores da Rede Municipal de Ensino de Tocantinópolis estavam inseguros quanto ao novo documento da BNCC, por ser algo novo e que precisava de mais estudos e formações para assim poder entender o documento e oferecer as crianças os objetivos de aprendizagem condizentes com sua faixa etária e período.

Assim, pelas análises realizadas é possível identificar pontos positivos e negativos na formação com foco na BNCC, conforme seguem. Pontos positivos: Entendimento de como se daria essa nova organização; conhecimento da parte teórica do documento que sustenta a prática do professor; compreensão das mudanças na prática pedagógica; compreensão do protagonismo da criança e o papel do professor nesse processo. Pontos negativos: Muitas informações em curto espaço de tempo; rotatividade de professores; carência e descontinuidade da formação.

A “Formação para a Implementação do Documento Curricular do Tocantins – Etapa Educação Infantil”, segunda ação formativa identificada no período estudado, ocorreu de agosto a dezembro de 2019 com a participação de 70 professores; 10 gestores; 08 coordenadores e 02 técnicas pedagógicas da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, e teve como objetivo geral: propiciar aos profissionais da Educação Infantil, o conhecimento necessário para a implementação do Documento Curricular do Tocantins – DCT no processo de ensino e aprendizagem.

As atividades de formação foram organizadas de maneira que envolvesse o maior número de profissionais da educação, sendo sistematizado um cronograma para cada módulo, com datas previstas para os estudos, com a intenção de atender todas as Unidades Escolares e seus respectivos grupos de professores.

Inicialmente foi organizado cada módulo com carga horária para estudos individuais, síntese dos textos e socialização de todo o material contemplando cada bloco, em conformidade com as datas determinadas pelo cronograma da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Tocantins - UNDIME.

Diante da formação continuada sobre o DCT, segue o relato de duas professoras:

Do ponto de vista como professora, digo que foi bastante proveitoso participar dessa formação continuada de Implementação do Documento Curricular do Tocantins Educação Infantil da Rede Municipal de Tocantinópolis -To. Porque ela deu o pontapé inicial para contribuir com o trabalho pedagógico mais transparente para nossas crianças com seus direitos legais bem assistidos pelos educadores, pais e comunidade geral. Nós educadores tivemos a oportunidade de um estudo compartilhado colocando nossas dúvidas, experiências, trocas de informações e práticas mais definidas; planejando o futuro e estabelecendo caminhos bem apropriados para a ação pedagógica, com Campos de experiências, objetivos, avaliações e práticas definidas se completando lado a lado. O ponto negativo que recordo foi o pouco tempo para exploração de tão rico documento que veio para orientar e ampliar a educação do nosso povo. **Professora (C).**

Minha participação na formação continuada do Documento Curricular do Tocantins – DCT da educação infantil foi de grande relevância para a melhoria do meu trabalho educativo frente à educação infantil onde atuo desde o ano de 2015. Foi muito bom participar da formação continuada, pois é sabido que o professor sozinho com sua graduação não é capaz de trilhar sozinho no caminho do conhecimento. A formação do Documento Curricular do Tocantins foi um norte para o professor na questão do planejamento, com implantação da BNCC estávamos todos leigos sem saber qual caminho a seguir e estudo do DCT possibilitou alinharmos a teoria com a prática e aprendemos a fazer realmente um planejamento de acordo com os modelos sugerido no Documento Curricular do Tocantins. **Professora (D).**

Diante do relato das professoras é possível verificar que a formação sobre o DCT abordou de modo mais amplo os objetivos de uma formação continuada, refletindo em conjunto com os participantes sobre a prática pedagógica, buscando atender as demandas da profissão e contribuir com a preparação dos profissionais da educação. A formação demonstrou possuir caráter de atualizações formativas, com trocas de experiências entre os professores conectadas a realidade das escolas, como mostra o próprio documento DCT (2019).

O Documento Curricular do Território do Tocantins – (DCT) foi adotado por todos os municípios do Estado do Tocantins, principalmente por aqueles que não possuem sistema próprio de ensino e que estão sob a legislação do Sistema Estadual de

Educação- SEE/TO. Não possuíam estrutura suficiente para a implantação do documento e conseqüentemente realizar o estudo e as formações continuadas que foram ofertadas pela Undime para a Rede Municipal. Na oportunidade foram realizados estudos com os diretores, coordenadores e professores da Educação Infantil no ambiente escolar para que fossem discutidos os temas em articulação com a realidade de cada escola.

Diante desse contexto, os pontos positivos da formação foram: Ampliar os conhecimentos sobre temas norteadores do trabalho docente; contribuir com o planejamento do professor; qualificação profissional; capacitação para as mudanças de Implementação do novo Documento Curricular do Tocantins; conhecer a parte teórica do documento que sustenta a prática do professor. Pontos negativos: rotatividade de professores; ausências da continuidade das formações.

É importante destacar que no período investigado (2016 – 2021) aconteceu também a formação no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no ano de 2019, em que um dos módulos contemplava a educação infantil, porém, considerando o objetivo do artigo essa ação de formação continuada não constituiu eixo de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de analisar as ações de formação continuada desenvolvidas com os professores da Educação Infantil atuantes na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, à luz dos seguintes documentos: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Documento Curricular do Tocantins (DCT) e o Plano Municipal de Educação (PME) constatou-se que ainda é um grande desafio falarmos de formação continuada, conforme as suas estruturações alinhadas a esses documentos, como na BNCC que situa debates contemporâneos no campo educacional.

Em conformidade com os documentos e análises realizadas, situando a formação continuada para os profissionais da Educação Infantil, podemos considerar que tiveram aproximações e distanciamentos entre os encaminhamentos via legislação educacional e o concretizado nas ações formativas. Aproximações no sentido de direcionar professores a refletir sobre o seu fazer pedagógico. E distanciamento, como por exemplo, no que se refere a falta de recursos e infraestrutura para qualidade dessas formações.

Deste modo, pelas análises realizadas compreende-se que as formações focalizam ações que habilitam os professores para o desenvolvimento das metas direcionadas pelos documentos, é uma preparação para operacionalização do que é disposto por eles, sendo observada uma lacuna quanto ao posicionamento crítico dos participantes.

Partindo da problemática de quais foram às ações de formação continuada direcionada para os professores atuantes da Educação Infantil na rede municipal de Tocantinópolis, no período de 2016 a 2021, foi possível visualizar contribuições para os profissionais na educação, como o fato de oportunizar reflexões e conhecimentos acerca dos principais pontos que evidenciaram a necessidade de alinhar as propostas pedagógicas da Educação Infantil com vista à centralidade na criança e no aperfeiçoamento do professor.

O tema é relevante para pensarmos sobre o foco das formações continuadas diante dos diversos desafios e suas influências na relação direta com a qualidade da educação, permitindo reflexões sobre a prática pedagógica a partir das dimensões individuais e coletivas inerentes ao trabalho educacional, com destaque, sobretudo, para o importante papel da formação contínua para a melhoria da Educação. É relevante por considerarmos que a universidade passa, atualmente, por um período de mudanças em que a pesquisa, como princípio científico e educativo, pode compor o centro do desafio educacional em busca de possibilidades, inclusive no campo da formação docente. Assim, a presente investigação apresenta abertura para novos estudos e produções, sendo relevante para a formação de professores que atuam na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <portal.mec.gov.br/.../base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 27 março. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil (Rcnei)**. Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília – MEC/SEF, 1998.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CHIMENTÃO, L. K. O significado da formação continuada docente. In: 4 **CONPEF- Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**. ISBN 978-85-7846-045-7. 2009. Paraná. (Anais). Pag: 1-6.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação Infantil e/é fundamental. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 8.

PRADA, L. E. A.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

PINTO, C. L. L.; BARREIRO, C. B.; SILVEIRA, D, do N. Formação Continuada de Professores: Ampliando a Compreensão Acerca Deste Conceito. **Revista Thema**. 07 (01), 2010.

SCARPA, R. **Era assim, agora não: uma proposta de formação de professores leigos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SILVA, M. de J. A. e. Formação continuada de professores da educação infantil: diferentes paradigmas e a pedagogia crítica. **EDUCERE-XIII Congresso Nacional de Educação**. ISSN 2176-1396. 2017.

TOCANTINS. **Documento curricular Tocantins Educação Infantil**. 2019.

TOCANTINÓPOLIS. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Tocantinópolis Lei Municipal Nº 963, de 19 de junho de 2015 Período 2017**. 2015.